



Município de
Campo Bom

Secretaria do
Meio Ambiente

AUTORIZAÇÃO DEMOVIMENTAÇÃO DE SOLO

Processo nº 5771/2025

MOVIMENTAÇÃO DE TERRA nº 001/2025- DL

A Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, criada pela Lei Municipal Nº 3.556 de 20 de abril de 2010, em atendimento a Lei Municipal nº 4.068, de 15 de outubro de 2013, no exercício de suas atribuições e com objetivo de assegurar a implantação da política ambiental do Município de Campo Bom, expede a presente Licença Ambiental nas condições e restrições abaixo especificadas.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR: Prefeitura Municipal de Campo Bom

CNPJ: 90.832.619/0001-55

ENDEREÇO: Avenida Independência, nº 800 – Bairro: Centro - CAMPO BOM/RS

EMPREENDIMENTO: NOVA SEDE DA SECRETARIA DE OBRAS

ENDEREÇO: Rua Nilo Peçanha nº 715 - Bairro Vila Rica/Porto Blos.

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA DE: MOVIMENTAÇÃO DE TERRA

II - Condições e restrições:

1. Quanto ao empreendimento:

1.1. Essa licença autoriza intervenção em uma área de aproximadamente 25.866,52 m², localizada em área pública próxima à planície de inundação do Rio dos Sinos (coordenadas Ponto 1: Latitude 29°41'43.78"S, Longitude 51°3'40.73"O; Ponto 2: Latitude 29°41'45.04"S, Longitude 51°3'45.22"O; Ponto 3: Latitude 29°41'51.36"S; Longitude 51°3'44.43"O; Ponto 4: Latitude 29°41'51.54"S, Longitude 51°3'41.55"O. Essa área está registrada sob as matrículas nº 31.396 e nº 31.397 do livro II do RI de Campo Bom. O objetivo dessa intervenção é a implantação da nova sede da Secretaria de Obras.

1.2. O empreendimento está atualmente em processo de licenciamento para movimentação de solo e supressão da vegetação. Os prédios terão área construída de 5.100,00 m². O projeto arquitetônico, deverá garantir que todas as atividades estejam em conformidade com as normas ambientais e urbanísticas, assegurando uma execução responsável e sustentável do projeto.

1.3. A intervenção envolve a movimentação de aproximadamente 18.106,56 m³ de solo. Essa atividade resultará na elevação média da área em cerca de 0,70 cm de altura, preparação do terreno para a construção da nova sede da Secretaria de Obras.

1.4. Para obtenção da Licença Prévia (LP) do projeto arquitetônico (construção civil), será necessário apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para avaliar os impactos que o empreendimento poderá causar no entorno, garantindo que o projeto seja compatível com as características da área.

1.5. O projeto arquitetônico da construção deve seguir todas as normas e legislações vigentes, especialmente no que diz respeito às distâncias de segurança mínimas em relação às linhas de alta tensão e às áreas de domínio de alta tensão. Isso é fundamental para garantir a segurança de todos durante e após a execução da obra.



Município de
Campo Bom

Secretaria do Meio Ambiente

1.6. A definição do futuro projeto arquitetônico, será composta por uma variedade de elementos que visam promover a sustentabilidade e a eficiência energética, incluindo a incorporação de vários prédios que contarão com placas solares, capazes de gerar energia limpa. Além disso, o projeto também incluirá cisternas, que terão a função de captar, armazenar e reutilizar a água da chuva, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos.

2. Quanto à intervenção no meio físico:

2.1. Deverão ser tomadas medidas necessárias para a prevenção de processos erosivos, emissão de poeiras, arraste de material para a via pública, geração de ruídos e ocorrência de acidentes, quando da execução da obra. Os taludes formados devem respeitar os limites estabelecidos conforme a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

2.2. Devido a área estar próxima a uma planície de inundação, é imprescindível que o projeto esteja em conformidade com as legislações ambientais, incluindo o Código Florestal, a Lei de Proteção de Áreas de Preservação Permanente (APP) e as normas específicas do município de Campo Bom/RS.

2.3. A elevação do terreno visa facilitar operações logísticas, porém deve ser realizada de forma a minimizar riscos ambientais e evitar impactos negativos ao meio ambiente e às comunidades próximas. A construção da doca de caminhões deve ser cuidadosamente planejada, sempre com a realização de estudos técnicos, geotécnicos e hidrológicos detalhados antes do início das obras. Isso garante que a intervenção seja segura, eficiente e sustentável.

3. Quanto ao manejo/supressão de vegetação:

3.1. A remoção de vegetação deverá ser realizada fora do período de nidificação. Em caso de existência de ninhos no local (por exemplo, ninhos de quero-quero), deve-se aguardar o nascimento dos filhotes para início das obras.

→ 3.2. Fica licenciada a supressão dos "indivíduos isolados", compreendendo 18 espécies nativas (sendo 36 maricás (*Mimosa bimucronata*), 6 aroeiras-vermelha (*Schinus terebinthifolius*), 2 aroeira-salvo (*Schinus molle*), goiabeira (*Psidium guajava*), 2 jambolões (*Syzygium cumini*) conforme vistoria de equipe técnica da SEMA, no local para análise da área.

3.3. A compensação por supressão de indivíduos nativos é de 15 mudas para cada indivíduo nativo ser suprimido e, para indivíduos exóticos, é de 3 mudas para cada indivíduo a ser suprimido, totalizando 669 mudas de espécies nativas. A compensação ambiental por supressão vegetal deve seguir a Resolução COMDEMA nº 04/2019.

3.4. Na área ao sul, atrás da zona de domínio de alta tensão, existe um PRAD (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas). Essa região deve ser preservada e não deve ser alterada ou manipulada de nenhuma forma, garantindo a proteção ambiental e a integridade do plano de recuperação.

4. Quanto ao monitoramento:

4.1. Medida de segurança e preservação ambiental: manter a área cercada, com placas de identificação do empreendimento e indicando a proibição de entrada de pessoas não autorizadas, para proteger o local contra o descarte indevido de resíduos por munícipes.

5. Quanto à publicidade da licença:

5.1. Deverá ser fixada, obrigatoriamente e imediatamente, em local de fácil visibilidade uma placa de divulgação da presente licença. Na placa deverá constar o nome do empreendimento, o número, a data de vencimento da Licença e o órgão expedidor



Município de
Campo Bom

Secretaria do Meio Ambiente

(Secretaria do Meio Ambiente de Campo Bom). A placa deverá possuir as dimensões de 60 x 40 cm e ser mantida em frente ao empreendimento durante todo período de vigência dessa licença. O modelo de placa está disponível em <https://www.campobom.rs.gov.br/downloads-e-utilidades/> > Secretaria de Meio Ambiente > Documentos de Licenciamento > Modelo de Placa Indústria.

PARA A OBTENÇÃO RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO, o empreendedor deverá apresentar:

Os documentos solicitados para a obtenção da próxima licença, as planilhas de resíduos e o modelo da placa de publicidade da licença estão disponíveis no site do Município de Campo Bom, em: www.campobom.rs.gov.br/downloadseutilidades.

A RENOVAÇÃO DESTA LICENÇA DEVERÁ SER SOLICITADA ATÉ 120 (CENTO E VINTE) DIAS ANTES DO VENCIMENTO, CONFORME § 4.º DO ART.14 DA LEI COMPLEMENTAR Nº140/11. ESTE DOCUMENTO LICENCIATÓRIO É VÁLIDO PARA AS CONDIÇÕES CONTIDAS ACIMA ATÉ: 14/05/2027.

Este documento perderá a validade caso os dados fornecidos pelo técnico responsável não correspondam à realidade ou algum prazo acima estabelecido seja descumprido.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais. Esta Licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Campo Bom, 15 de maio de 2025.

Keli Daiane Bernardes
dos Santos

Assinado de forma digital por Keli
Daiane Bernardes dos Santos
Dados: 2025.05.16 11:23:12
-03'00'

Keli Daiane Bernardes Dos Santos
Secretária do Meio Ambiente